

30 de Agosto

Jornal da APP-Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Estado do PR

 MARÇO DE 2016

GREVE NACIONAL

**DIA 17 A EDUCAÇÃO
VAI PARAR**



**NÃO À PERDA DE DIREITOS DOS(AS)
TRABALHADORES(AS) EM EDUCAÇÃO**



*Debates com estudantes e
comunidade escolar e
produção de trabalhos*



*Aulas de 30 minutos e
apresentação de trabalhos*



*Greve Nacional, com
paralisação e ato público
em Curitiba e atos regionais*

EDITORIAL

A conjuntura política brasileira apresenta grandes desafios para a classe trabalhadora. O período de crise econômica, de crise geral do modelo capitalista, gera ataques aos direitos arduamente conquistados.

Por isso, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) convocou greve nacional de 15 a 17 de março deste ano. O cumprimento dos reajustes previstos na lei do piso nacional – para redes estaduais e municipais –, a luta contra as terceirizações e contra a entrega das escolas às organizações sociais (OS) e à militarização são temas que estão presentes Brasil afora.

No Paraná, nossa luta se articula com a pauta nacional. Nossa esforço coletivo através das greves de 2015 impedi o aprofundamento das políticas neoliberais do governo Beto Richa (PSDB), porém, o atendimento da pauta da nossa categoria precisa avançar.

É muito importante debater os conteúdos da mobilização, buscar o apoio dos estudantes, mães, pais ou responsáveis nos dias 15 e 16 de março. E, sobretudo, organizar as caravanas para o ato estadual em Curitiba e também nas regiões.

Viva a ESCOLA PÚBLICA – TERRITÓRIO DE LUTA E RESISTÊNCIA

Escola militarizada. O que isso significa?

O Colégio Estadual Fernando Pessoa, em Goiás, não é mais o mesmo. Hoje, com um novo nome e sistema de funcionamento totalmente diferente, a escola passou a ser Colégio Militar Fernando Pessoa. Isso mesmo. Um Colégio Militar, de administração e gestão feita por policiais militares.

A justificativa para a militarização nessa escola é dada sempre da mesma forma: a escola era recheada de violência, havia uma insegurança enorme no ambiente e, por isso, consideraram essencial colocar a polícia lá dentro. É importante destacar que o Colégio Militar Fernando Pessoa é um dos 27 colégios estaduais que não são mais geridos e administrados pela Secretaria de Educação e sim pela Secretaria de Segurança Pública. Todas essas escolas fazem parte de um modelo de gestão adotado pelo governo do Estado de Goiás.

O que é importante ressaltar, antes de qualquer coisa, é que a rotina do Colégio Militar é totalmente diferente de uma escola não militarizada. Nessa escola, não existe mais “bom dia”, visto que foi substituído por uma continência. A forma como se arruma o cabelo não é mais decisão individual de cada estudante, já que existe um padrão que deve ser rigorosamente cumprido. Esmalte escuro? Não. Acessórios? Não. Falar gírias e diálogos comuns entre jovens e adolescentes? Não. Uso de uniforme militar? Obrigatório. Custo disso? 150 reais.

A especialista em violência no ambiente escolar, Miriam Abramovay, aponta em um dos seus muitos estudos que analisam o tema, que combater a violência na rua, por exemplo, é diferente de combater a violência dentro de escolas. “Precisamos compreender a ori-



CMPM II, de Manaus

gem e as razões da violência no interior do espaço escolar para pensar soluções que não contribuam para aprofundá-la”.

Em seu artigo, em coautoria com Pablo Gentili, Miriam alega que os policiais não têm qualquer formação educacional para estar dentro da escola. “A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões. Estabelecer os limites da intervenção do agente policial é sempre complexo num espaço que se define por uma especificidade que a polícia desconhece. Nenhuma formação educacional foi oferecida aos policiais que estarão agora dentro das escolas, o que constitui um enorme risco. As pesquisas sobre juventude evidenciam um grave problema nas relações entre a polícia e os jovens, particularmente quando eles são pobres”, explica o artigo “A polícia e a violência nas escolas”.

Não bastasse o desaparecimento de policiais militares para estar nas escolas, uma escola militarizada é gerida como qualquer outro espaço sob regime militar: muita disciplina, muitas regras, nenhuma liberdade para questionar, nenhum espaço para “ser diferente”. E isso não se dá apenas com os(as) estudan-

tes, que têm controlada até a forma como arrumam seus cabelos, mas com os educadores e educadoras que estão sob os olhares de pessoas que não entendem de educação. O artigo da especialista volta a nos apontar: “Num contexto de permanente desvalorização da autoridade docente, quem será capaz de impedir que os policiais, com sua melhor boa vontade, não intervenham para controlar atos correntes de indisciplina escolar”.

Como já dito, em qualquer regime militar a democracia, participação, contribuição e construção coletiva não são bem-vindas. Não existe espaço para que o todo crie e construa a educação. Tudo se recebe, aceita e reproduz. Na escola militarizada não é diferente. Em um espaço onde os(as) estudantes não são mais recebidos com “bom-dia” e sim com continência, certamente não existe espaço para a troca de ideias.

No entanto, essa pressão não acontece apenas com os(as) estudantes. Como os(as) educadores(as) vão transmitir um conhecimento crítico, que analisa a sociedade em diversos aspectos, que desconstrói estereótipos e dá base para a liberdade do pensamento com um regime que

os(as) proíbe disso? Como falar em sala de aula das cruéis ações do militarismo que o Brasil já foi protagonista, onde centenas de pessoas foram mortas e exiladas por terem pensamentos diferentes daqueles que estavam no poder? Como elaborar, coletivamente, um pensamento crítico sobre o importante papel de cada um na construção de uma democracia sólida? Se a aprendizagem está sob os cuidados de um regime que já censurou, omitiu e mentiu para que as pessoas fossem manipuladas e vissem a sociedade com a deturpada visão de que a ordem, a disciplina e a rigidez está acima do direito de se manifestar, como é possível questionar e cobrar por melhorias em qualquer que seja o espaço coletivo em que estamos inseridos?

Os questionamentos devem ser aprimorados e feitos por todos(as), inclusive aqueles(as) que se preocupam com o futuro da escola pública, de qualidade, democrática, laica e plural. Não existe espaço para desenvolvimento do pensamento crítico onde existe censura, rigidez excessiva e medo. Miriam aponta um caminho em que a escola, longe da militarização, encontra sua forma de evoluir cada vez mais. “Devemos contribuir para que as escolas solucionem seus problemas cotidianos com a principal riqueza que elas têm: sua comunidade de estudantes, docentes, diretores e funcionários. Programas de Convivência Escolar e outras alternativas têm demonstrado um enorme potencial para enfrentar a dimensão educacional da violência social. O potencial da escola está na ostentação do saber, o conhecimento, o diálogo e a criatividade. Não das armas”.

OSs: a privatização das escolas

Após decisão do STF, no final do ano passado, serviços públicos - inclusive a Educação - podem ser privatizados. O exemplo de Goiás é um alerta!

Muita gente da nossa categoria talvez já tenha ouvido falar das tais 'Organizações Sociais', as OSs. Inclusive, este é um dos itens - ao qual somos contrários - da pauta da mobilização nacional, que ocorrerá dias 15, 16 e 17 de março, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), e, no Paraná, pela APP-Sindicato. Herança maldita do governo Fernando Henrique Cardoso, as OSs voltam ao centro do debate após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), publicada em dezembro último. De acordo com o STF, é permitido, ao Estado brasileiro, repassar o controle das gestões escolares e de outros serviços públicos (saúde, cultura, desporto, lazer, ciência, tecnologia e meio ambiente) para OSs do Terceiro Setor da economia. Em cifras, só com a Educação Básica, seria dar aos setor privado cerca de R\$ 135 bilhões (só com o Fundeb).

E o que isto significa na prática? A privatização dos serviços públicos e a substituição do Estado, que se desbriga das suas responsabilidades constitucionais, pelo



setor privado. Entre outras coisas, a chegada das OSs na Educação representa uma ameaça real aos concursos públicos e ao pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). Uma medida puramente economicista, típica dos neoliberais. E se você imagina que esta é uma ameaça remota, o Estado de Goiás, governado por Marcooni Perrilo, do PSDB, mostra que ela está mais próxima do que se imagina. Lá, o governo pretende começar, ainda em 2016, a transferir a gestão das escolas estaduais para OSs. A implantação está prevista em 23 escolas e deverá chegar a 200 até dezembro. A meta é privatizar 25% da rede estadual. A comunidade escolar já demonstrou desacordo, o

que levou a ocupação de 28 escolas desde o final do ano passado.

Este é o jeito neoliberal do PSDB de governar, segundo o cientista político, e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Ricardo Costa de Oliveira. Inclusive, as tentativas frustradas de falar com Costa foram um exemplo bem simbólico. Fizemos diversas ligações para o celular do professor, que estava on-line em uma rede social, ao lado do aparelho, mas incomunicável via celular. Recados gravados diziam que o telefone estava desligado, que o número não existia ou, simplesmente, que estava fora da área de serviço. O professor estava a poucos quilômetros da APP.

Quando conseguimos conversar, via telefone fixo, ele observou: "A telefonia, que era pública e foi privatizada, hoje é isto: cara e ruim". Sobre o possível avanço das OSs, inclusive para o Paraná, governado pelo PSDB, o pesquisador frisou que será um desastre.

"Na verdade, é a retomada do projeto neoliberal privatizante do PSDB, do século passado. Quem acompanhou as políticas do governo Fernando Henrique Cardoso sabe que é a desresponsabilização com os serviços públicos. Eles sempre querem piorar o serviço público oferecido para, então, privatizá-lo e repassar lucros e responsabilidades para grupos empresariais clien-

tes do PSDB. Vimos tudo isto na era FHC e, aqui no Paraná, no governo de Jaime Lerner. A agenda política do PSDB, do atraso, é a ideologia que atende aos grandes grupos. Assim, sempre veremos a deterioração e precarização do serviço público e das carreiras. O modelo que será instalado é o de se trabalhar ainda mais e ganhar ainda menos, aliado ao produtivismo e às metas, que têm como objetivo privilegiar uma minoria. A categoria precisa entender o que ocorre com as privatizações, esta é uma forma de trazer a ideologia burguesa, neoliberal, que vê o serviço público apenas como uma mercadoria. E a telefonia é um bom exemplo disso", ilustrou.

Enquanto as OSs entram nas escolas, saem da escola:

- Gestão democrática
- Concursos públicos
- Direitos trabalhistas
- Valorização do trabalho do(a) educador(a)
- Atendimento igualitário e plural à comunidade
- Dinheiro público para o bolso de grupos empresariais



DIREITO É DIREITO. NÃO SE RETIRA, SE AMPLIA.

CAMPAÑA SALARIAL DOS(AS) TRABALHADORES(AS) DA EDUCAÇÃO - 2016

- ✓ Pagamento do reajuste do Piso Nacional para professores(as) e funcionários(as)
- ✓ Pagamento das promoções e progressões em atraso de professores(as) e funcionários(as)
- ✓ Equiparação do auxílio-transporte entre professores(as) e funcionários(as) - QFEB, ParanáEducação, PSS e CLAD
- ✓ Direitos dos PSS – Revisão da Lei 108, pagamento pela maior habilitação, cadastro com banco de dados e atendimento à saúde desses(as) profissionais
- ✓ Concursos públicos para professores(as) funcionários(as)
- ✓ Contagem do tempo de serviço PSS para fins de promoção e progressão na carreira para professores(as)
- ✓ Contagem do tempo ParanáEducação para fins de quinquênio para funcionários(as)
- ✓ Novo modelo de atendimento à saúde
- ✓ Direitos dos(as) aposentados(as) nível II e III, pagamento de precatórios
- ✓ Cargo de 40 horas
- ✓ Redução da jornada de trabalho dos funcionários(as) para 30 horas semanais sem redução de salários
- ✓ Garantia das licenças
- ✓ Defesa da previdência pública

Pauta Educacional – “A Escola que queremos”

- ✓ Escola de tempo integral
- ✓ Redução do número de alunos(as) por turma, tendo como referência as resoluções da Conae
- ✓ Implementação de novo porte de escola, conforme proposta da APP
- ✓ Programas e projetos educacionais de qualidade
- ✓ Garantia do PDE e do Profucionário
- ✓ Debate da Base Nacional Curricular Comum
- ✓ 50% da hora atividade
- ✓ Contraposição ao fechamento de escolas, turmas e cursos técnicos, com a implementação da escola de tempo integral, combate ao analfabetismo e à evasão escolar
- ✓ Acompanhamento do cumprimento das metas dos planos Nacional, Estadual e Municipais de Educação

Governador, pague o piso dos educadores(as)

Governo estadual distorce a Lei Nacional do Piso e, mesmo após reajuste da inflação, educadores(as) têm perda de 7,75% nos salários

Apesar de o governo afirmar a torto e direito que o(a) professor(a) recebe acima do piso nacional no Paraná, a história não é bem essa.

O valor do piso nacional, atualizado pelo MEC em R\$ 2.135,64, determina que nenhum professor e professora deve receber menos que isso em nível inicial da carreira, ou seja, com formação no magistério. No entanto, o governo do Paraná compara o piso ao salário recebido por um(a) professor(a) com ensino superior - que recebe R\$3,6 mil para jornada de 40 horas semanais - e não com o salário de um professor(a) com formação de magistério.

A conta certa estabelecida pela lei é que o reajuste do piso de 2016 deve ser de 11,08% aplicado no nível inicial da carreira. Com a aplicação da data-base (10,67%) implementada na folha de janeiro, o piso inicial no Paraná fica em R\$ 1.982,10. Ou seja, o governo teria que aumentar

em 7,75% os salários dos(as) professores(as) para honrar o mínimo previsto pela lei. “Não é a primeira vez que o governo Beto Richa interpreta a aplicação do Piso dessa forma. Ele expõe os salários e ainda contabiliza benefícios como o auxílio-transporte para engordar a conta e dizer que paga a mais. Isso não é generosidade. O auxílio foi conquista de luta. O piso é sobre o salário base, não sobre o salário somado aos benefícios. Esse foi sempre um embate, mas é com pressão e mobilização que nós garantimos os nossos direitos”, explica o secretário de Comunicação da APP-Sindicato, Luiz Fernando Rodrigues.

Além disso, a luta da APP também é para que o piso se estenda para os(as) funcionários(as) de escola, já que também são educadores(as) e têm hoje o menor salários entre os(as) servidores(as) públicos do Estado. Se a lei nacional não basta para que o governador respeite os direitos da categoria, a luta dos educadores(as) mostrará que os(as) trabalhadores(as) estão atentos(as) às manobras do governo.

EXPEDIENTE

APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filiada à CUT e à CNTE. Av. Iguacu, 880, Rebouças, Curitiba / PR - CEP 80.230-020 - Tel.: (41) 3026-9822 | Fax (41) 3222-5261 Site: www.appssindicato.org.br | Presidente: Hermes Silva Leão | Secretário de Comunicação: Luiz Fernando Rodrigues | Assessor de Comunicação: Tiago Tavares Somma | Jornalistas: Aline Lima, Francielly Camilo (9561-PR), Vanilla Pivetta (8071-PR) e Valnísia Manguera (893-SE) | Projeto Gráfico e diagramação: Rodrigo Augusto Romani (7756-PR) Monitor de redes e mídias sociais: Luan Pablo Romero de Souza | Impressões: WL Impressões | Tiragem: 80 mil exemplares.

Gestão Somos mais APP – Em defesa da Escola Pública (2014-2017)

• Hermes Silva Leão - Presidente • Vanda do Pilar Santos Bandeira Santana - Secretaria Geral • Arnaldo Vicente - Secretaria de Política Sindical • Walkiria Olegário Mazeto - Secretaria Educacional • Nádia Brinxer - Secretaria de Funcionários • Marlei Fernandes de Carvalho - Secretaria de Finanças • Mariâh Seni Vasconcelos Silva - Sec. Adm. e Patrimônio • Celso José dos Santos - Secretaria de Assuntos Municipais • Luiz Fernando Rodrigues - Secretaria de Comunicação • Mario Sérgio Ferreira de Souza - Secretaria de Assuntos Jurídicos • Valé Maria Mattos - Secretaria de Aposentados • Alfeo Luiz Capellari - Secretaria de Políticas Sociais • Tereza de Fátima dos Santos Rodrigues Lemos - Secretaria de Organização • Janesel Albuquerque - Sec. de Formação Política Sindical • Rose Mari Gomes - Secretaria de Sindicalizados • Elizamara Goulart Araújo - Sec. de Gênero, Relações Étnico-Raciais e dos Direitos LGBT • Ralph Charles Wandpap - Secretaria de Saúde e Previdência.